

O ANACRONISMO TRUMPISTA NO ORIENTE MÉDIO EM TEMPOS DE GUERRA: IMPASSES ESTRATÉGICOS NAS RELAÇÕES ENTRE EUA E ARÁBIA SAUDITA (2025 – 2026)

Trumpist Anachronism in the Middle East in times of war: strategic impasse in U.S. - Saudi Arabia relations (2025–2026)

Mateus José da Silva Santos¹

Charles Pennaforte ²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande do Sul, Pelotas, Brasil. **E-mail:** mateus_santos29@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7726-6136>.

²Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande do Sul, Pelotas, Brasil. **E-mail:** charlespennaforte@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7726-6136>.

Artigo Recebido em: 22 abr. 2026 | Aceito em: 5 set. 2026.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

Este artigo analisa as características mais gerais do processo de reaproximação entre Estados Unidos e Arábia Saudita no início do segundo governo Trump. Instrumentalizando a experiência de uma política de três frentes, desenvolvida no primeiro mandato, o republicano busca uma rearticulação envolvendo um alinhamento estratégico com Israel, a recuperação de confiança entre os Estados do Golfo e a retomada de uma estratégia de pressão máxima contra o Irã. Em meio a isso, o reino saudita constitui um parceiro estratégico na capacidade de atração de investimentos e na elevação da interlocução estadunidense na região. Por meio de análise qualitativa, considerando fontes jornalísticas e documentos oficiais dos EUA, argumenta-se que as linhas mais gerais dessa atuação contemporânea podem ser classificadas como anacrônicas ao não encontrarem correspondência com o atual quadro político regional.

Palavras-chave: Estados Unidos. Donald Trump. Arabia Saudita.

ABSTRACT

This article analyzes the broader characteristics of the rapprochement process between the United States and Saudi Arabia at the beginning of Trump's second term. Based on his first-term experience with a three-pronged policy, the Republican president is pursuing a new framework involving strategic alignment with Israel, restoring trust among the Gulf States, and resuming a maximum-pressure strategy against Iran. In this context, the Saudi kingdom serves as a strategic partner in attracting investment and enhancing U.S. influence in the region. Through qualitative analysis of journalistic sources and official U.S. documents, this paper argues that the broader outlines of this contemporary approach are anachronistic because they do not correspond to the current regional political landscape.

Keywords: United States. Donald Trump. Saudi Arabia.

INTRODUÇÃO

Em 24 de março de 2026, o jornal *The New York Times* publicou uma longa apuração sobre um possível envolvimento da Arábia Saudita nos rumos da ofensiva israelense e estadunidense contra o Irã (Barnes; Pager; Schmitt, 2026). Às vésperas de completar um mês de início de uma das mais graves fases da contemporânea instabilidade política generalizada no Oriente Médio, a guerra passou a ser vista, segundo autoridades estadunidenses, como uma espécie de janela de oportunidade de remodelamento da ordem regional em favor dos interesses de Riad. Tratando Teerã como uma ameaça à segurança do seu país, o príncipe-herdeiro da Casa Saud, Mohammed Bin Salman, teria supostamente se posicionado em favor de uma escalada do conflito, tendo como objetivo a derrubada do regime dos Aiatolás.

A divulgação de tais informações ocorreu poucos dias após o reconhecimento das duras declarações do chanceler saudita, Faisal bin Fahren, sobre o suposto direito da potência do Golfo

em retaliar militarmente o Irã após uma série de investidas do Estado persa contra alvos militares, energéticos e diplomáticos em território árabe. Como um dos pilares da contraofensiva iraniana, o aumento dos custos regionais da guerra implicou em uma estratégia de desestabilização do xadrez geopolítico médio-oriental que testa direta e indiretamente as principais tendências político-diplomáticas forjadas ao longo dos últimos anos, inclusive a redução das tensões com o reino saudita.

Se os elementos apresentados acima possam eventualmente validar a leitura proposta pelo jornal estadunidense, outros aspectos de seu conteúdo assumem um sentido contrário. O início dos bombardeiros, a revelia das contrapressões dos principais Estados do Golfo Árabe, revelou as insuficiências da política estadunidense para o Oriente Médio, incapaz de acomodar os interesses entre retomar a confiança política de antigos aliados e, ao mesmo tempo, manter os níveis de alinhamento com Israel. O aparente interesse saudita pela queda do regime iraniano se torna insustentável diante do nível de resiliência apresentado pelas estruturas políticas civis, militares e religiosas daquele país, mesmo após a perda de dezenas de lideranças.

Também soa como contraditória a afirmação de que existe uma disposição de Riad em apoiar uma ação de fôlego contra o Irã, sem que isso culmine com um alargamento temporal da instabilidade política que geraria mais prejuízos de ordem econômica ou produzisse um Estado falido que pudesse elevar a vulnerabilidade de todo o Golfo árabe.³ Em uma guerra que, cada dia mais, foge ao controle dos agressores, a abertura de uma nova fase a partir do engajamento direto ou indireto de atores regionais como a Arábia Saudita assumiria contornos dramáticos e pouco explicáveis à luz das características desse conflito.

Entretanto, o texto noticioso assume alguma importância como ponto de partida para uma avaliação das relações entre EUA e Arábia Saudita na contemporaneidade. Vista historicamente como uma parceria estratégica e complexa, com origens há mais de oito décadas e intensificada após a Revolução Iraniana (1979), os laços entre Riad e Washington sofreram com inúmeros dilemas ao longo das últimas décadas. Apesar dos demonstrativos de resistência diante de diferentes constrangimentos de ordem doméstica, regional e global, tais contatos assumem características paradigmáticas diante das movimentações do governo Trump no Oriente Médio.

³ Designa-se como um Estado Falido a entidade política que, mesmo gozando de uma soberania jurídica internacional, encontra-se em situação de violação da soberania doméstica (Krasner, 2010). Conforme Robert I. Rotberg (2004), essa caracterização envolvendo a incapacidade de controle pleno do próprio território envolve, dentre outras coisas, o aumento da violência interna, a perda de credibilidade e legitimidade diante dos cidadãos e a deterioração de uma série de garantias esperadas por parte dessa coletividade em relação à atuação estatal, tais como a segurança, a preservação das liberdades essenciais e a própria cidadania. Dentro desse enquadramento, o mesmo autor identificava como Estados falidos no início do século XXI os seguintes países: Afeganistão, Angola, Burundi, República Democrática do Congo, Libéria, Serra Leoa e Sudão. A Somália foi classificada como um Estado em colapso. No entanto, na raiz de um processo de universalização da noção de soberania a partir de referenciais eurocêntricos, a categorização do nível de eficiência das entidades políticas sofreu uma série de críticas, a exemplo das contribuições de Siba N. Grovogui (2002). Para este autor, a emergência de um regime de soberania visto como moderno, ditado pelas principais potências ocidentais, obedeceu às distribuições históricas do poder, impactando em normas, regras e convenções que produziram distorções diante dos processos de construção de legitimidade dos atores no sistema internacional. Desse modo, a abordagem seletiva sobre a soberania condicionou processos de diferenciação das entidades a partir de interesses concretos envolvendo a dominação de territórios ou a negociação entre atores de diferentes estaturas.

Diante da herança de seu primeiro mandato, em que a aproximação com os Estados do Golfo Árabe coexistiu às políticas de pressão máxima contra o Irã e a estreita aliança com o governo israelense, a reinserção do republicano em uma região transformada pelos efeitos do 7 de outubro de 2023 e por outras movimentações geopolíticas desafia a capacidade de reorganização das estratégias estadunidenses, impactando no jogo entre limites, oportunidades, contradições e conflitos de interesse com Estados centrais como a Arábia Saudita.

Nessa perspectiva, esse artigo analisa as principais características desse processo de interação entre sauditas e estadunidenses no novo governo Trump. Diante do anacronismo contido nos esforços de execução de uma política de três frentes na região, as relações entre Washington e Riad são atravessadas por movimentos transitórios que vão desde as elevadas expectativas pela ampliação da cooperação econômico-financeira, segurança e defesa até aos desafios de acomodação dos atores envolvidos dentro das prioridades estabelecidas pelas suas respectivas políticas externas. Em um Oriente Médio em mudança, busca-se responder a seguinte questão: como o atual cenário de guerra constrange ou oportuniza a abertura de uma nova fase colaborativa para sauditas e estadunidenses diante dos desafios de ascensão global do Reino?

Partindo de uma abordagem teórica eclética sobre as Relações Internacionais, propõe-se uma intersecção entre a Análise dos Sistemas-Mundo, a Teoria Crítica de Robert Cox e contribuições dos estudos regionalistas como alternativas críticas de avaliação da correlação entre as incertezas globais e o quadro político médio-oriental. Por meio de análise qualitativa, argumenta-se que as relações entre os dois países enfrentam dilemas de um processo de redefinição de papéis entre uma antiga superpotência em declínio e um novo ator emergente em um cenário internacional em transformação. Assim, os laços pessoais entre seus respectivos governantes de fato e as múltiplas expectativas lançadas sobre o nível de cooperação entre os dois países parecem insuficientes para a produção de uma acomodação sólida para tal relacionamento, exposto diante vicissitudes ampliadas pela elevação da instabilidade regional e global.

1. DINÂMICAS CRÍTICAS ENTRE O REGIONAL E O GLOBAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Como dado empírico e campo interdisciplinar do conhecimento, as Relações Internacionais foram dotadas de conceitos e formulações que atravessaram os mais diferentes debates teóricos que marcaram a formação da disciplina e, no âmbito da prática, as relações entre sujeitos, entidades políticas e o espaço geográfico. Ao assumir como seus objetos as interações interestatais, os laços transnacionais e as tentativas de compreensão das relações entre agentes e estruturas com base na definição de sistemas (Halliday, 2007), avaliar as heterogêneas formas de intervenção dos indivíduos ou das coletividades a partir de uma lógica de diferenciação, disputa, ocupação, construção e ressignificação do meio, bem como suas consequências no quadro das relações sociais mais gerais se transformou em uma questão central.

Em suas mais diferentes modalidades de estudo, um processo de diversificação dos objetos, métodos e fontes transformou as Relações Internacionais em uma área acadêmica capaz de abarcar uma série de possibilidades analíticas que, em maior ou menor medida, refletem as complexidades de desenvolvimento do próprio sistema internacional. A partir de um viés transdisciplinar, diferentes pressupostos enraizados durante o processo de constituição do próprio campo foram questionados ao longo das últimas décadas, movimento esse empreendido a partir de um debate multifacetado sobre os agentes, as estruturas, as características e as variáveis que operam na definição das relações entre os atores. Com isso, registraram-se diferentes avanços que reorientaram a produção científica na direção da compreensão dos fenômenos para além das bases epistemológicas positivistas, o que abriu caminho não apenas para uma ampliação na noção de fonte como proporcionou a emergência de alternativas para a avaliação de temáticas consideradas tradicionais.

Nesse sentido, esse artigo propõe uma investigação sobre o atual quadro histórico das relações entre EUA e Arábia Saudita a partir das contribuições da chamada análise qualitativa. Tendo como uma das principais premissas o foco no entendimento das “percepções que os indivíduos têm do mundo” (Gonçalves, 2023, p. 111), aponta-se para a importância de uma agenda de pesquisa voltada para um olhar sobre o papel das ideias no desenvolvimento da política externa. Vistas como definidoras do universo de possibilidades de ação e mediadoras diante do desafio de ordenamento e significação do mundo (Goldstein; Keohane, 1993), a função social e política desses antigos “sistemas de representações” se tornou cada vez mais importante diante das heterogêneas formas de produção, circulação e a apropriação simbólica (Winock, 2003, p. 285).

Conforme Francisco Falcon (1997), a emergência de diferentes saberes relacionados ao estudo da linguagem e das técnicas de comunicação possibilitou uma transformação no estudo das ideias a partir do reconhecimento da sua dinamicidade e dos processos que envolvem a produção de sentidos a partir da mediação entre o sujeito e a sua realidade social (Orlandi, 2012). No que ficou conhecido como discurso, esse aspecto constitutivo da política se torna um importante ponto de articulação entre saber e poder (Charaudeau, 2006), organizando a linguagem a partir das mais diferentes formas de articulação entre o simbólico e o social.

Diante disso, esse estudo dialoga com algumas características da análise do discurso político, proposta por Patrick Charaudeau (2006). Visto como parte constitutiva das relações entre linguagem, ação, poder e verdade, o discurso a partir dessa alternativa teórica francesa compreende uma dimensão essencial na construção do sujeito político diante da sociedade. Assumindo desde funções relacionadas à busca por legitimidade até ao desenvolvimento de estratégias de construção da imagem de si e do outro no âmbito da luta política, os discursos se tornam vetores de inteligibilidade, interpretação e compreensão individual ou coletiva sobre os mais diferentes aspectos que constituem a vida humana, incluindo as relações internacionais.

Entendendo o texto como um vestígio de materialidade histórica da linguagem (Orlandi, 2012), propõe-se como corpus documental dessa pesquisa as versões do *National Security Strategy (NSS)* dos últimos três mandatos presidenciais dos EUA, além de textos jornalísticos provenientes dos dois países destacados ao longo do estudo e outros com origem e circulação a partir da imprensa brasileira. Visto como uma espécie de sistematização da visão estratégica da Casa Branca, o NSS apresenta algumas das principais diretrizes de atuação externa de Washington, o que serve como uma janela de análise sobre as projeções de continuidade e mudança em meio às trocas de governo ou no seio de uma mesma gestão. Em relação à imprensa, explora-se o seu papel enquanto linguagem constitutiva do social (Cruz; Peixoto, 2007), produzindo sentidos sobre diferentes ações relacionadas à interação entre os atores no sistema internacional e, a partir do interesse desenvolvido pela temática em específico, auxiliar criticamente no processo de reconstituição de atos governamentais e da movimentação de sujeitos individuais ou coletivos nos ambientes de formulação e implementação.

Do ponto de vista teórico, avaliar as relações entre Arábia Saudita e EUA no contexto de múltiplas crises no sistema mundial exige uma compreensão mais profunda sobre o papel de tais Estados no tabuleiro médio-oriental. As discussões sobre território e região se tornaram fundamentais para uma avaliação mais concreta sobre a produção de hierarquias de reconhecimento das configurações simbólicas e materiais de conquista, gestão e transformação dos ambientes a partir das diferentes lógicas de poder. No primeiro caso, como uma das características mais básicas daquele que outrora fora considerado o principal ator das relações internacionais, o Estado, a dimensão territorial constituiu uma espécie de matéria-prima de definição das relações estabelecidas dentro e fora da circunscrição de exercício do poder de tais entidades políticas, dando luz ao conceito de soberania. Nesse sentido, entre a paz e a guerra, a anarquia ou a hierarquia, o conflito ou a cooperação, a territorialidade forjou uma das principais alternativas de produção de diferença entre os agentes do sistema internacional e, ao mesmo tempo, constituiu por si só, um fator de poder (Arrighi, 1996).

Também numa perspectiva interdisciplinar, o conceito de região ocupou um lugar de destaque. Como outra variável de compreensão das formas de organização do espaço, a regionalidade atribuiu ênfase aos processos de construção de identidade entre lugares e um ou mais territórios. Ao longo da história, diferentes formas de compreensão de tal conceito operaram um debate multifacetado sobre suas implicações para o estudo das relações entre os sujeitos e os ambientes (Correa, 2006). Conforme Peter J. Katzenstein (2005), é possível identificar pelo menos três perspectivas. No que classificou como teorias materialistas ou geopolíticas, a ideia de região se encontra intimamente ligada à noção de território, assumindo uma forma muito mais objetiva e determinista em uma lógica de competição entre poderes. A perspectiva behaviorista ou comportamental compreende o espaço dentro de uma dinâmica relacional, apontando para a importância da prática humana no processo de criação e reconfiguração de regiões. Por fim, olhares ideacionais apresentam o regional como resultante de várias vias de intersecção humana, dentro de uma concepção relativa de espaço.

Consequência do pluralismo intelectual observado a partir de fins dos anos 1960, uma das alternativas de teorização sobre o conceito de região proveio das contribuições da chamada geografia crítica às relações internacionais. Em linhas gerais, perspectivas neomarxistas ou influenciadas pelo marxismo chamaram atenção para as relações entre o desenvolvimento capitalista e a produção de espaço. Como parte da própria dinâmica de acumulação de capital, a coexistência de processos de diferenciação e integração entre espaços assumiu certa regularidade no quadro de formação de um sistema em crescente escala e escopo, combinando formas variadas de despossessão e práticas de transformação do ambiente (Arrighi, 2007).

Desse ponto de vista, se as regiões são socialmente construídas e politicamente contestadas (Hurrell, 1995), convém considerar as correlações estabelecidas entre a produção ou atribuição de convergência entre determinados espaços frente à heterogeneidade que configura imensas porções de terra. Como um processo articulado com as dinâmicas de produção, exploração, circulação e apropriação de bens, ideias e indivíduos, a compreensão da região como dimensão das interconexões entre o homem e o espaço contribui para um olhar mais complexo sobre as relações internacionais, incidindo diretamente na possibilidade de reconhecimento de níveis diversificados de interação entre seus atores.

Nessa perspectiva, uma das grandes discussões que atravessou os debates sobre o regionalismo foi o nível de relacionamento entre o regional e o global. Se historicamente o primeiro precedeu o segundo (Hurrell, 2010), a configuração de um sistema ampliado espacialmente a partir de processos de ocupação e transformação que se estenderam aos limites das fronteiras terrestres trouxe um novo cenário pra tal discussão. Ao se consolidar a visão de que as regiões não representam entidades fechadas, a inserção destas no âmbito da luta pelo poder em nível sistêmico contribuiu com o desenvolvimento de distintas visões sobre tal articulação. Podem-se destacar pelo menos três visões.

Amitav Acharya (2014), por meio do conceito de regiões mundiais, compreende a importância de tais entidades na configuração da política internacional a partir de uma perspectiva plural. Entendendo as regiões como configurações dinâmicas de identidades políticas e sociais, capazes de incidir na transformação da ordem global, tal perspectiva assume uma valorização da interdependência entre os dois níveis, de tal modo que não se vê uma assimetria demasiada entre os fatores endógenos e exógenos ao processo de regionalização.

Um ângulo diferenciado caracteriza as percepções de Peter Katzenstein (2005). Compreendendo a existência de um mundo de regiões, organizadas pelo império americano, tais entidades se transformam em produtos do poder e do político, em que dimensões materiais e simbólicas estabelecem as condições de definição de tais territorialidades. A partir do conceito de regiões porosas, o mesmo autor aponta a importância da projeção global estadunidense na configuração do espaço asiático e europeu, em uma formulação que tende a valorizar o papel do global sobre o regional.

Assumindo pontos de contato com as duas linhas apresentadas, Andrew Hurrell (2010) discutiu especificamente as relações de poder entre potências regionais e o sistema global. Também a partir de um olhar que valoriza a porosidade entre as duas dimensões, o nível de intercâmbio entre elas se afirma a partir do reconhecimento da importância da mundialização sistêmica na definição das fronteiras da entidade regional e o nível de autonomia de seus atores, bem como da capacidade de circulação de ideias e projeção de interesses a partir da intersecção entre duas configurações relacionais assimétricas. Sem assumir uma estrita dependência do regional em relação ao global, o mesmo autor propõe a existência de situações que demonstram a capacidade de interlocução do primeiro em relação ao segundo, especialmente à possibilidade de resistência diante das formas de intervenção de uma superpotência.

Essas três formas de avaliar teoricamente o regionalismo são importantes no processo de estudo do Oriente Médio. Conforme Arthur Goldschmidt Jr. e Ibrahim Al-Marashi, esse termo foi marcado historicamente por certa imprecisão, transitando entre “uma área geográfica que se estende do Egito ao Afeganistão ou à região cultural na qual o islã surgiu e se desenvolveu” (2021, p. 11). Na intersecção entre três continentes (Vizentini, 2012), seu processo de formação enquanto uma entidade cognoscível no seio dos debates sobre a História e a Geopolítica obedeceu a diferentes fatores. Em primeiro lugar, conforme aponta Paulo Fagundes Vizentini, sua regionalidade foi definida de “fora para dentro” (2014, p. 03), isto é, forjada a partir da sucessão de relações de dominação estendidas ao longo de séculos e por formas simbólicas de construção da diferença a partir de um complexo processo de afirmação de uma “consciência geopolítica” em diferentes domínios (Said, 2001, p. 24), incluindo na cultura.

Inter-relacionados com outras construções como o chamado mundo muçulmano e mundo árabe (Nasser, 2024), o Oriente Médio como entidade geopolítica representou uma das regiões mais importantes do ponto de vista geoestratégico. Espaço de disputa e intercâmbio entre diferentes impérios e civilizações, potencializado pelas suas riquezas minerais, foi a partir de suas imprecisas fronteiras que se constituiu um dos principais focos de competição pela liderança do sistema internacional. Siglas como MENA (Middle East and North Africa em inglês) se tornaram familiares na semântica geopolítica contemporânea ao designar um heterogêneo território que, além de comportar as características citadas anteriormente, ainda possui um papel vital na comunicação intermarítima e interoceânica global.

Com o processo de aprofundamento da decadência do Império Otomano no século XIX, as tentativas europeias de penetração na região a partir de um misto envolvendo ampliação da influência cultural, ações militares localizadas e crescimento da dependência econômica evoluíram para um movimento mais abrangente de ocupação, partilha e exploração do território, iniciado com a intensificação das disputas entre as potências coloniais na África durante as últimas três décadas do século XX e consolidado com o fim da Primeira Guerra Mundial (Hourani, 2006).⁴

⁴ A trajetória de ocupação europeia nas antigas regiões do Norte da África que pertenciam ao Império Otomano foge a clássica narrativa que relaciona o processo de partilha do continente à chamada Conferência de Berlim (1884 – 1885) (M'Bokolo, 2011).

Contando com poucas áreas formalmente dependentes, a era de domínio anglo-francês combinou a formação de um sistema de mandatos, responsável por consolidar a fragmentação das entidades políticas existentes. A isso se juntaram processos de tutela formal e informal sobre determinados territórios, tendo como exemplos Egito e Arábia Saudita. Do ponto de vista econômico, o controle europeu se tornou notório nos principais mercados de matérias-primas tradicionais ou em setores em ascensão, como o petróleo (Hourani, 2006).

Entretanto, a emergência dos chamados trinta e um anos de guerra total se tornou decisiva para o desenvolvimento geopolítico e geoeconômico da região (Hobsbawm, 2017). Fenômenos como a Revolução Russa e a ascensão do nazifascismo se tornavam sintomas da abertura de uma nova era, marcada pela crise das principais bases político-ideológicas, econômicas, culturais e sociais que fundamentaram a emergência do mundo contemporâneo. Ainda no mesmo recorte temporal, o colapso global provocado pela crise de 1929 consolidou a derrocada do liberalismo econômico por ao menos meio século (Arruda, 2000), aprofundando o desmoronamento da ordem pré-1914 (Arrighi, 1996).

A expansão da produção de bens de consumo duráveis, sobretudo automóveis, influenciou em uma nova corrida pelo atendimento às demandas energéticas das economias industrializadas. Conforme Igor Fuser (2008), esse processo culminou com o avanço dos interesses comerciais privados dos EUA no Oriente Médio. Em uma zona com forte protagonismo britânico, empresas petroleiras estadunidenses conquistaram posições com a formação do chamado cartel das Sete Irmãs. Nesse quadro de fragmentação política e subordinação econômica, houve o desenvolvimento de novas tendências nacionalistas e outras manifestações de solidariedade anticolonial e anti-imperialista em diferentes partes da região. Articuladas a ocorrência de rápidas mutações em todas as sociedades árabes (Dawisha, 2016), tais lutas influenciaram no fim do predomínio de Londres e Paris, expresso por fenômenos como as independências do Líbano e da Síria (1945), somadas ao acirramento das tensões envolvendo o futuro da Palestina e do aprofundamento da crise anglo-egípcia.

A transição entre o fim do poder europeu e a reconfiguração da região a partir de uma nova ordem a partir da consolidação de Estados independentes, articulado com um ambiente global marcado pela dinâmica da Guerra Fria, levaria quase duas décadas. Segundo Perry Anderson (2015), não havia uma política sólida por parte dos EUA na região. Entretanto, essa afirmação merece ressalvas. Além dos grandes conglomerados econômicos ligados à energia, a presença estadunidense no Oriente Médio ganhou impulso a partir da incorporação de medidas estatais. Somado ao apoio ofertado ao enfraquecimento do Acordo da Linha Vermelha e a redefinição do mercado petrolífero a partir da política da porta aberta (Fuser, 2008), a

Três décadas após a curta experiência de invasão napoleônica no Egito, uma nova investida francesa na Argélia (1830) deu início a um processo de colonização que foi formalizado ainda nos anos 1860. Quase duas décadas depois, foi a vez da Tunísia se tornar um protetorado francês, reflexo de um processo de estrangulamento econômico e desestabilização política que atravessou toda a metade do século XIX (Hernandez, 2008). Já no Marrocos, esse processo foi tardio, sendo formalizado a partir de um acordo envolvendo Paris, Londres e Madrid no início do século XX.

aproximação com a Arábia Saudita se tornou uma realidade ainda nos primeiros anos de formação do reino. Em 1931, Washington reconheceu a monarquia saudita como Estado Independente. Dois anos depois, o *Standard Oil of California* (SOCAL) assinaria o primeiro acordo de exploração de petróleo com o país de Ibn Saud (Salgado Neto, 2013). Pouco tempo depois, em parceria com a Texaco, foi formada a *Arabian-American Oil Company* (Aramco). Além do aumento das receitas do Estado Wahhabita, a atuação da petrolífera no território árabe se estendeu ao cumprimento de funções típicas da institucionalidade política, tais como infraestrutura e até apoio a serviços básicos (Al-Rasheed, 2010). No contexto da Segunda Guerra Mundial, essa aproximação se consolidou com o aumento do apoio financeiro aos sauditas e ao simbólico encontro entre Roosevelt e Ibn Saud (1945). Esse ato forjou o início de uma parceria envolvendo uma garantia informal de segurança por parte dos EUA em troca de facilidades no fornecimento de petróleo e apoio estratégico diante dos esforços de contenção à URSS (Gause III, 2014).

Ainda no pós-guerra, pode-se destacar ainda a interação de Washington com o processo que culminou com a criação do Estado de Israel e, por último, a participação da inteligência americana na queda de Mossadegh no início dos anos 1950. Após a Crise de Suez, o que se viu foi o desenvolvimento de um “equilíbrio precário” entre atores endógenos e exógenos (Hourani, 2005, p. 361). Nos contornos da chamada Guerra Fria Árabe, o processo de aproximação de Washington e Moscou com a região se deu em um contexto de auge do nacionalismo árabe, liderado por Gamal Abdel Nasser (Ferabolli, 2013). As tentativas de reconfiguração do espaço regional a partir dos projetos de unificação política fracassaram. No entanto, a articulação entre os conflitos entre regimes conservadores e pró-Ocidentais frente aos projetos reformistas do arabismo secular culminou em importantes rearranjos no xadrez geopolítico médio-oriental.

Tais disputas foram reconfiguradas após a Guerra de 1967. Em uma fase de maior predomínio dos regimes aliados do Ocidente (Vizentini, 2012), o desenvolvimento das relações regionais e sua interação com a dinâmica sistêmica assumiu resultados díspares. Enquanto a diplomacia do petróleo elevava a barganha dos países produtores a partir do avanço dos processos de ampliação do controle Estatal, deslocamento de seus lucros para os esforços modernizantes e exploração do potencial político envolvendo o cartel dos principais mercados exportadores, esse boom não permitiu com que houvesse uma alteração no nível de dependência e vulnerabilidade das economias estruturadas a partir da exportação de matérias-primas. Na esfera geopolítica, o cenário também era complexo. Se a aproximação entre Egito e EUA se tornava um trunfo estratégico para a política estadunidense após a Guerra do Yom-Kippur, a formação do chamado Arcos das Crises ao fim da mesma década se tornou um desafio para a superpotência capitalista, especialmente diante do triunfo da Revolução Iraniana. Com o fim da Guerra Fria, a região sofreria com um novo processo de transição que tem suas consequências até nos dias atuais.

Na combinação entre a existência de níveis elevados de intervenção externa e a demonstração de formas de resistência aos esforços de constituição de uma hegemonia a partir de interesses exógenos (Hinnebusch; Ehteshami, 2014), o panorama geopolítico do Oriente Médio consolidou um quadro de vazio estratégico ao longo de décadas (Vizentini, 2014). Sem assumir

uma identidade específica e socializada plenamente pelos seus atores, esse conceito não se transformou em base para a formação de um sistema de Estados sólidos. Atravessado por rivalidades ou conflitos regionais, pelas diferenças étnicas e religiosas e pela carência de agentes capazes de estabelecer algum tipo de consenso quanto à institucionalização de um processo de diálogo mais sólido entre as partes integrantes dessa zona geoestratégica, essa comunhão de espaços no *rimland* euroasiano consistiu em uma verdadeira incógnita diante do ritmo das transformações mundiais.⁵

Nesse contexto, as relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita passariam por diferentes desafios. Consolidando-se como um dos pilares da projeção de Washington na região após a Revolução Iraniana (1979), Riad enfrentou uma série de focos de instabilidade, decorrentes de tal posição no xadrez geopolítico regional. De um dos principais apoiadores das estratégias estadunidenses na Guerra Irã – Iraque (1980 – 1988) e da sustentação dos mujahedins no Afeganistão, invadido pela URSS no início dos anos 1980, o reino árabe se viu vulnerável diante das contradições provocadas pelo seu alinhamento externo, impactando diretamente no comportamento de diferentes setores da sociedade saudita. Desse ponto de vista, as relações com Washington assumiriam um caráter complexo diante dos dilemas envolvendo a gestão das contradições estruturais e conjunturais que marcavam tanto a inserção externa quanto a correlação de forças no seio do próprio Estado saudita (Gause III, 2014). Esse processo se tornou ainda mais dramático diante do ritmo das transformações globais, culminando com novos impasses para o relacionamento entre os dois países.

2. TEMPOS DE CRISE HEGEMÔNICA: O PANORAMA GLOBAL E UM PODER EM CORROSÃO

Como um dos três vetores formativos do campo das Relações Internacionais, a interação com os fenômenos empíricos ocupou uma posição relevante dentro dos esforços de teorização (Halliday, 2007). A partir do final dos anos 1960, um ambiente heterogêneo de debates foi forjado, dentre outras coisas, pela incapacidade das correntes tradicionais em responderem às transformações ocorridas no cenário global no Pós-Guerra, lançando as bases do que ficou conhecido posteriormente como pluralismo teórico (Nogueira; Messari, 2005; Lage, 2007).

Nesse complexo processo de diversificação epistêmica e ontológica, o surgimento de perspectivas neomarxistas ou influenciadas pelo marxismo sinalizou com as possibilidades de formação de um olhar contrahegemônico e alternativo frente ao *mainstream* (Voigt, 2007). Situando as relações internacionais como parte das relações sociais gerais (Vigevani *et. al*, 2011), a aproximação do materialismo histórico em relação ao desafio de leitura sobre os fenômenos globais envolveu diferentes características, tais como uma nova compreensão sobre os agentes e as estruturas, a valorização da interdisciplinaridade e um olhar mais crítico acerca das dinâmicas

⁵ Define-se como *rimland* a longa faixa de terra entre a Europa Ocidental, Europa Central, Escandinávia, Oriente Médio, Ásia Meridional, Sudeste e Extremo Asiático responsável por separar o coração da Euroásia (Heartland) e os chamados mares quentes (Bandeira, 2013). Configurando uma zona estratégica entre diferentes zonas de projeção terrestre e marítima, o relativo controle desse entorno foi visto por Nicholas Spykman como um dos horizontes geopolíticos mais determinantes ao longo do século XX.

sociopolíticas, econômicas, culturais e ideológicas. Em meio à diversidade de abordagens emergentes a partir de tal movimento de revitalização teórica, um dos elementos mais importantes diz respeito ao entendimento do processo de acumulação de capital como indissociável da própria trajetória moderna e contemporânea de desenvolvimento do sistema mundial (Halliday, 2007; Vigevani et. al, 2011).

Com isso, a compreensão das transformações ocorridas quase vinte anos após o fim da Segunda Guerra Mundial adquiriu um sentido complexo diante do diagnóstico sobre o início de um período de aparente transição nas relações internacionais. Tratava-se do reconhecimento de um processo de corrosão das bases que sustentavam a hegemonia dos EUA até então. Ao menos duas vertentes teóricas se destacaram diante da convergência sobre essa análise. Da crítica aos modelos de análise social e econômico nas ciências sociais da metade do século XX (Pennaforte, 2023), a Análise dos Sistemas Mundo surgiu como um “movimento do saber” em direção a uma abordagem integrada e transdisciplinar sobre a divisão territorial do trabalho multicultural no tempo e no espaço (Wallerstein, 2012, p. 17). Por meio das contribuições extraídas a partir da Teoria da Dependência, da *longue durée* da segunda geração da Escola dos Annales e do próprio marxismo, intelectuais como Giovanni Arrighi e o citado Immanuel Wallerstein se destacaram na produção de interpretações sobre a dinâmica de desenvolvimento do sistema capitalista a partir de um jogo envolvendo regularidade e mudança em um quadro hierárquico no relacionamento entre os atores. No reconhecimento de uma trajetória heterogênea, os principais autores apresentaram um quadro histórico marcado pela existência de ciclos hegemônicos, alternados por fases de maior competição intercapitalista e corrosão das bases de sustentação das configurações das relações hierárquicas no sistema global.

A partir de tal modelo de análise, os apontamentos sobre o início de um possível declínio da hegemonia dos EUA foram caracterizados pela identificação de um processo dialético e não-linear de desmantelamento dos principais elementos estruturais e estruturantes da ordem forjada a partir do fim de uma competição de oito décadas entre Washington e Berlim (Wallerstein, 2004). Nas raízes de uma nova transição, podem-se destacar a importância dos processos de recuperação econômica do Japão e da Europa Ocidental, configurando novos focos na competição intercapitalista, as revoluções de 1968 e a contestação tanto do status quo de Yalta quanto das estratégias dos movimentos antissistêmicos até então, os impactos simbólicos e materiais da derrota estadunidense no Vietnã, dentre outros aspectos (Arrighi, 1996; Wallerstein, 2004).

Partilhando da visão de uma fase de transformação no capitalismo global, a teoria crítica de Robert Cox representou uma alternativa de avaliação sobre os processos de transformação da realidade social. Influenciada pela Escola de Frankfurt e pelos estudos gramscianos sobre hegemonia, a proposta de uma teoria dinâmica, interventiva sobre essa mesma realidade em estudo e potencialmente capaz de contribuir com ações estratégicas de enfrentamento ao status quo (Cox, 2021), a compreensão sobre a hegemonia enquanto um produto envolvendo ideias, instituições e capacidades materiais, culminando com transformações no quadro de relações entre as forças sociais, as formas de Estado e as ordens mundiais formou o centro de uma

avaliação também histórica sobre as dinâmicas de construção do capitalismo. Em sua perspectiva sobre o declínio da hegemonia estadunidense, o teórico canadense chama atenção para a coexistência entre uma dupla internacionalização do Estado e da produção global junto às tendências de desenvolvimento de uma estrutura de classe transnacional. Em outras palavras, os impactos da Terceira Revolução Industrial e da Globalização se tornavam fundantes de uma nova perspectiva de reorganização do sistema. Tendo em vista sua preocupação particular com o papel das chamadas forças sociais, Cox apresenta um conjunto de cenários envolvendo as possibilidades de aplicação das chamadas estruturas históricas, o que confirmava a existência de um quadro maior de incerteza quanto aos rumos da dinâmica de acumulação de capital e seus efeitos na política e na economia internacional.

Nas décadas subsequentes, a capacidade de reação dos EUA diante das tendências de questionamento sobre seu próprio poder provocou uma série de controvérsias quanto ao quadro de avaliação sobre os rumos do sistema mundial. Potencializado pelo fim da Guerra Fria, o sentimento acerca do fim de uma importante fase histórica culminou com o advento de perspectivas distintas sobre a configuração da política e da economia global (Hobsbawm, 2017). Teses como o fim da história de Francis Fukuyama, o choque de civilizações de Samuel Huntington ou a partilhada crença de um mundo unipolar por parte dos estrategistas americanos apontavam para cenários que estavam distantes de adquirirem algum tipo de materialidade. Com o início do novo século, fenômenos como os atentados de 11 de Setembro de 2001 e as dificuldades de Washington em estabelecer uma atuação internacional em sintonia com as características da transformação da ordem após o fim do mundo bipolar evidenciaram o nível de atualidade das formulações sobre o desmoronar da antiga ordem global.

Conforme Beverly Silver e Giovanni Arrighi (2001), tal movimento esteve longe de constituir um processo mecânico, isto é, de reprodução de características ou etapas de outras experiências de transição hegemônica. Com base nisso, a configuração de um caos sistêmico na atualidade consiste em uma conjunção de processos envolvendo as dificuldades da economia global em se recuperar de uma nova era de crises periódicas, sucedendo o grave choque vivido pelo sistema financeiro global em 2008, o advento de novos imperativos antissistêmicos a partir da elevação da conflitualidade em zonas geoestratégicas do globo (Pennaforte, 2025), tais como o Leste Europeu e o Oriente Médio, a crise do multilateralismo e, de modo mais profundo, um processo de contestação do liberalismo político e da própria globalização. Assim, a desordem internacional na contemporaneidade se aproxima da ideia de um mundo forjado a partir de 3Ds: desglobalização, desgovernado e desigual.

Nesse contexto, Arábia Saudita e EUA vivem desafios distintos. No reino, a ascensão de Mohamed Bin Salman como príncipe herdeiro e governante de fato do país a partir da segunda metade da década passada aprofundou as tendências de reposicionamento global e regional do Estado saudita, processo esse indissociável das tentativas de modernização e avanço de reformas de diferentes dimensões no país. Já no contexto estadunidense, a eleição de Donald Trump se constituiu em um marco do aprofundamento dos sintomas da recessão democrática no eixo

euroatlântico (Diamond, 2015; Levitsky; Ziblatt, 2018), provocando uma era de turbulência em nível doméstico e internacional.

3. DO SISTEMA ORIENTE MÉDIO AOS TEMPOS DA CONFLITUALIDADE CONTEMPORÂNEA: DESAFIOS ESTADUNIDENSES EM UMA REGIÃO GEOESTRATÉGICA

No NSS, publicado em 2017, a definição das diretrizes de atuação internacional do primeiro governo de Donald Trump (2017 – 2020) forjou um sentido de descontinuidade geral diante das expectativas de definição dos eixos e estratégias prioritárias. Sob o signo do *America First*, a crença em uma política capaz de promover proteção e prosperidade ao povo estadunidense parte da perspectiva de que se tornava preciso mudar a forma pela qual Washington encarava seus principais desafios no campo da política externa.

Na configuração de um mundo competitivo, em que China, Rússia, Irã e Coreia do Norte continuavam a figurar como as principais ameaças estatais à segurança nacional estadunidense (Bandeira, 2016), o documento em questão apela para uma ruptura diante das premissas liberais universalistas que pautaram a inserção internacional do país. Desacreditando na possibilidade de combate aos inimigos a partir do estímulo às suas respectivas incorporações plenas em regimes e instituições voltadas à cooperação e promoção do diálogo em diferentes níveis, defende-se um giro direcionado ao enfrentamento em diferentes arenas como a economia, tecnologia, segurança energética, atuação militar e no campo da própria luta ideológica, mesmo que a última seja negada pretensamente ao longo de uma construção discursiva pautada por um suposto realismo.

Nesse cenário, a redefinição da política estadunidense para o Oriente Médio perpassava a definição de três objetivos específicos, articulados com o panorama acima apresentado:

Os Estados Unidos buscam um Oriente Médio que não seja um refúgio seguro nem um campo fértil para terroristas jihadistas, que não seja dominado por qualquer potência hostil aos Estados Unidos e que contribua para um mercado global de energia estável (EUA, 2017, p. 48, *tradução nossa*).

Estabelecendo como três dos principais pilares de sua atuação na região o combate ao terrorismo, o interesse pela alteração na correlação de forças em nível regional e a garantia de inserção da região dentro do horizonte dentro de uma agenda de protagonismo de Washington no mercado energético, a formulação em questão partia de um diagnóstico negativo sobre a trajetória da atuação dos EUA até então. Em favor de uma abordagem alternativa às opções de uma política outrora marcada pelas ambições de ampliação da democracia na região e outra diretriz pautada por certo desengajamento, esse sentido de redefinição de interesses e formas de atuação adquiria um caráter de urgência diante da deterioração de condições provocadas pelo avanço de grupos extremistas como o Estado Islâmico (*ISIS* em inglês) e a *Al – Qaeda*, bem como de supostos erros estratégicos no enfrentamento ao desafio representado pelo Irã.

As percepções institucionalizadas pelo governo Trump no documento faziam parte de um complexo processo de triangulação da dramaturgia política (Charaudeau, 2006). Nas raízes da

identificação de inimigos múltiplos (Mounk, 2018), situados em níveis doméstico e externo, a definição tanto de um quadro de desordem quanto da definição das origens dos supostos males a serem combatidos reúnem considerações sobre as vacilações das elites intelectuais e governantes estadunidenses diante das transformações ocorridas no cenário internacional, além de um conjunto de “outros” que, a partir de uma retórica ultraconservadora, sustenta a percepção de uma identidade ocidental em crise.

O que motivava o governo Trump a estabelecer novas bases para a política estadunidense no Oriente Médio? Foi nessa região do globo que os primeiros sinais de uma nova ordem mundial pareciam florescer (Anderson, 2015). Com o desengajamento da URSS em relação à sua atuação no Terceiro Mundo a partir da segunda metade dos anos 1980, o fim da Guerra Fria na região e o advento de uma correlação de forças favorável ao Ocidente provocou uma redução no nível de barganha dos atores médio-orientais, bem como uma configuração geopolítica favorável à projeção dos interesses estadunidenses (Vizentini, 2012). Isso se traduziu em um complexo quadro de oportunidade de formação de uma ordem regional tutelada pelos EUA ao longo dos anos 1990.

Nesse contexto, o chamado “Sistema Oriente Médio” constituiu um projeto de reorganização da região a partir da promoção de um relacionamento institucional entre Israel e os países árabes (Ferabolli, 2013, p. 117). Tendo sido germinado em Tel-Aviv, o projeto adquiriu força entre os estrategistas estadunidenses, ao ser visto como uma estrutura possível de consolidação de uma hegemonia nesse espaço geoestratégico do globo. Esse processo reunia uma série de características. Em primeiro lugar, a Guerra do Golfo (1991) representou uma demonstração de capacidade de coerção contra um ator potencialmente capaz de assumir um protagonismo regional a partir do espólio arabista. Junto a isso, o episódio em questão foi marcado pela produção de constrangimentos quanto à capacidade de atuação dos principais atores regionais, incluindo aqueles que representavam a condição de interlocutores de Washington como a região, a exemplo de Egito e Arábia Saudita.

Em um quadro de vulnerabilidade sem precedentes após as independências, as ações estadunidenses na região foram marcadas por tentativas de costuras de processos de paz entre Israel e os árabes. Apesar de integrados dentro de uma mesma dinâmica, esse movimento se deu a partir de duas movimentações: uma envolvendo Israel e a Organização de Libertação da Palestina e outra contando com a participação de Tel-Aviv com outros Estados da região. No último caso, consolidava-se a janela aberta a partir de Camp David (1979). Os processos de paz e normalização de relações entre israelenses e seus vizinhos não privilegiavam mais um acordo abrangente, podendo ser costurado a partir da valorização de relações bilaterais ou de negociações a partir de um conjunto menor de atores. Com isso, avançou-se diplomaticamente um acordo com a Jordânia (1994). As conversas com a representação palestina avançaram até a assinatura dos Acordos de Oslo (1993 - 1995), prevendo a criação da Autoridade Nacional Palestina e uma evolução político-institucional que poderia culminar com os reconhecimentos de dois Estados legitimados mutualmente, fracassaram diante de uma escalada de violência que

tiraram as vidas dos principais negociadores, e com a vitória do *Likud* de Benjamin Netanyahu, paralisando as conversas oficiais.

Também integrada ao horizonte de construção global de uma “ordem internacional liberal, com a América no comando” (Anderson, 2015, p. 103), esse traçado político abrangente para o Oriente Médio reunia pressões por reformas em Estados estratégicos, especialmente na direção de processos de democratização limitada, ampliação dos direitos humanos, combate ao terrorismo e inserção da região no seio dos imperativos da hegemonia neoliberal. Contudo, os anseios de uma integração tutelada fracassaram por diferentes motivos. Conforme Edward Said (2001), a proposta de uma *pax americana* assumiu uma série de inconveniências e contradições ao projetar valores e interesses que não correspondiam às expectativas das elites governantes e tampouco ao padrão de atuação da própria superpotência no xadrez geopolítico médio-oriental. Além das flutuações envolvendo o peso das mudanças governamentais nos EUA e em Israel, o quadro político-social em nível doméstico nos Estados do Golfo e em outras peças estratégicas para o sucesso dessa empreitada se mostrou adverso diante das tentativas de neutralização dos diferentes focos de oposição a um projeto de normalização de relações com Tel – Aviv sem as garantias necessárias da criação do Estado palestino.

Nos anos 2000, uma nova era de conflitos se abriu. Como quarto símbolo histórico do declínio da hegemonia dos EUA (Wallerstein, 2004), os eventos de 11 de setembro de 2001 provocou a abertura de uma nova fase intervencionista de Washington na região. Sob o signo da chamada Guerra ao Terror, lançava-se uma espécie de cruzada contra o terrorismo. As guerras no Afeganistão e no Iraque se tornaram sintomáticas de uma nova fase do unilateralismo estadunidense que, a partir do protagonismo dos neoconservadores (Goldschmidt Jr.; Marashi, 2021), parecia conciliar as expectativas de transformação da política regional com uma estratégia de valorização do uso da força. Apesar dos objetivos mais imediatos terem sido conquistados (Anderson, 2015), as duas iniciativas militares constituíram um ônus geopolítico e geoeconômico. Além de provocar atritos com os aliados estadunidenses em partes do mundo árabe ou mesmo no Ocidente, as ofensivas culminaram em ocupações militares que foram incapazes de costurar uma nova institucionalidade sólida, trazendo ainda mais insegurança para a região. Nesse mesmo contexto, enquanto os EUA privilegiavam a coerção e reduziam o nível de assistência a diferentes atores, potências emergentes e novos atores globais reconfiguravam o panorama político, inaugurando uma tendência de diversificação das parcerias externas e início de uma competição por influência após uma era de vazio estratégico (Vizentini, 2012).

Durante os governos de Barack Obama (2009 – 2017), a política estadunidense para o Oriente Médio atingiu um ponto crítico. Em primeiro lugar, apesar dos acenos de mudança diante da demonstração de desaprovação diante dos rumos da Guerra do Iraque, o democrata manteve, em grande medida, as linhas básicas da diretriz de combate ao terrorismo (Anderson, 2015; Bandeira, 2016). Seu principal ajuste diz respeito aos mecanismos mobilizados no conflito e a definição de alvos prioritários. Além do predomínio de métodos não-convencionais (Lima, 2022), o foco assumido foi o combate às organizações terroristas espalhadas por diferentes partes da

região. Apesar de não se comprometer integralmente com a retirada de tropas do Afeganistão, seguindo o que foi feito no contexto do Iraque, a perspectiva de enfrentamento de atores não-estatais em uma zona descontínua territorialmente se revelou tão desafiante quanto a antiga estratégia.

Três outros temas provocaram constrangimentos para a atuação dos EUA. No primeiro deles, a Primavera Árabe, as dificuldades em enfrentar a convulsão política regional a partir de uma atuação sólida foram encaradas pelos principais aliados de Washington, incluindo a Arábia Saudita, como mais uma demonstração da incapacidade da Casa Branca em garantir plenamente a segurança do Golfo e de atores estratégicos. Nem mesmo a sustentação político-militar do processo que levou a queda de Muammar Kadhafi ou o interesse pela queda de Bashar Al-Assad foi o suficiente para recuperar a confiança de Riad e Abu-Dhabi, profundamente descontentes com a conivência da Casa Branca com a queda de um aliado como o egípcio Hosni Mubarak e o desencadeamento de um processo que culminou com a ascensão de Irmandade Muçulmana no poder.

Outro fator de desconforto provocado pelo governo Obama foi a negociação de um Acordo envolvendo o programa nuclear iraniano. Arábia Saudita interpretou tal arranjo como uma verdadeira traição dos países ocidentais (Fraihat, 2020). Para Riad, tal episódio representou a possibilidade de fortalecimento da posição regional do Irã, elevado a vulnerabilidade do reino diante da atuação do Estado persa em diferentes arenas de conflito, como o Iêmen. Também convém destacar que a política democrata para a região não agradou até mesmo a Israel. Mesmo em meio a assinatura de um expressivo pacote de ajuda militar, já no fim do governo, o balanço das relações entre os dois países foi negativo, expresso em divergências sobre Teerã e dos impactos da atuação israelense na Palestina (Hinnebusch; Ehteshami, 2014).

Com base em tais experiências, a primeira gestão de Donald Trump previa um giro na política estadunidense para a região. No documento da NSS, definiu-se como linhas prioritárias na busca pela retomada de influência no Oriente Médio uma política de pressão máxima contra o Irã, o fortalecimento de parcerias contra o terrorismo, a definição de uma política de alinhamento com Israel e o apoio aos Estados do Golfo.

Se historicamente os governos republicanos foram avaliados como tendencialmente mais favoráveis à cooperação com a Arábia Saudita e outros Estados do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), essa política adquiriu ainda mais importância no contexto trumpista. Conforme Zaiba Sarwar e Asma Rashid (2025), o governo estadunidense demonstrou estreita disposição em cooperar com Riad em diferentes cenários estratégicos, além de fortalecer as relações bilaterais. Em sua primeira viagem internacional, tendo como destino o país árabe, Trump anunciou um Acordo Militar que previa a entrega de equipamentos e serviços de defesa que atingia o valor de US\$ 110 bilhões (G1, 2017). Tal iniciativa assumia grande importância, tendo em vista a demonstração prática de certo distanciamento frente às principais diretrizes da política Obama em relação ao Oriente Médio, elevando a posição da região e, conseqüentemente, de parceiros

como a Arábia Saudita a uma condição superior do que fora visto durante oito anos antes. Entretanto, deve-se ter cautela ao analisar o impacto de tal medida. Além de reunir materiais bélicos que já haviam sido negociados pelo governo Obama, os investimentos seriam distribuídos em médio e longo prazo, o que relativizava o seu peso na balança comercial entre os dois países. Até o início de 2019, apenas pouco menos de US\$ 15 milhões do montante acordado foi efetivamente revertido em compras militares por parte dos sauditas (Stone; Magid, 2025).

Enquanto isso, do ponto de vista estratégico, os anseios por uma reaproximação com Riad envolveram a demonstração de apoio às ações no Iêmen e a busca pela neutralização das críticas do Congresso estadunidense em relação ao episódio da morte do jornalista Jamal Khashoggi (Mason, 2023). Também houve disposição por parte do governo estadunidense em apoiar a política de isolamento ao Qatar, ao menos inicialmente.

Não se pode dizer que a política estadunidense para a região, considerando o peso atribuído para as relações com Riad, não tenha colecionado certos resultados. Em um contexto marcado pelo auge das tensões entre Arábia Saudita e Irã, a estratégia de pressão máxima contra Teerã convergia com os interesses de segurança do reino, fator que contrastava com a postura do governo Obama. Também merece destaque a reaproximação entre Washington e o Cairo, aliado estratégico dos sauditas. Do lado estadunidense, o alinhamento demonstrado em relação à Tel-Aviv não configurou em constrangimento para os contatos com o Golfo Árabe. Apesar de não ter se comprometido formalmente, a assinatura dos Acordos de Abraão, iniciativa que contou com a participação dos Emirados Árabes Unidos, estabeleceu um considerável passo na direção da produção de tons de complementaridade nas três frentes de atuação dos EUA na região,

O início do governo Biden provocou uma nova turbulência nas relações entre Riad e Washington. O NSS provisório, publicado em 2021, reafirmava os compromissos com o combate ao terrorismo, a segurança israelense e a contenção do Irã. No entanto, apontava-se diretamente uma perspectiva de mudança no cenário estratégico envolvendo a Arábia Saudita. Desviando da linha proposta pro Trump, o democrata abandonou a oferta de apoio no cenário geopolítico iemenita, bem como demonstrou menor disposição em conter as críticas ao reino pela violação de direitos humanos e falta de liberdade política (Mason, 2023). Isso culminou com a suspensão na venda de armas para o governo saudita.

No contexto de início da Guerra da Ucrânia, diante dos riscos de elevação da insegurança energética, uma reaproximação com Riad foi costurada, numa frustrada tentativa de contenção do aumento do preço do petróleo.⁶ Também não houve sucesso nem dos EUA e nem da União Europeia em atraírem MBS para a estratégia de isolamento da Rússia no sistema internacional.

⁶ Apesar da importância da Arábia Saudita na regulação dos preços internacionais do petróleo, o papel do país árabe no fornecimento direto desse produto para os EUA reduziu significativamente ao longo dos últimos anos. Segundo dados da *Energy Information Administration*, as exportações sauditas para os Estados Unidos caíram de quase 490 mil barris por ano em 2012 para 130 mil em 2021. Após um curto crescimento em 2022, seguidas reduções provocaram uma baixa histórica de menos de 100 mil em 2025. Vale destacar que os mais fornecedores para a economia estadunidense no último ano foram Canadá e México, representando mais de 2/3.

O cenário se mostraria ainda mais desafiante com as consequências do 7 de outubro de 2023. Disposta a reduzir as tensões regionais, o reino desaprovou a forma como os EUA conduziram o conflito, oportunizando com que Israel pudesse abrir uma guerra em diferentes frentes. Mesmo diante dos impactos das ações militares contra os membros do chamado Eixo da Resistência, incluindo os Houthis no Iêmen, Riad buscou se afastar do cenário de instabilidade regional, o que levantou dúvidas quanto ao futuro de suas relações com Washington.

Frente a tal histórico, o que se poderia esperar a partir do retorno de Trump à Casa Branca em 2025? É o que veremos a seguir.

4. UM ESTADUNIDENSE A QUEM POSSA CONFIAR? O SEGUNDO GOVERNO TRUMP E AS RELAÇÕES COM A ARÁBIA SAUDITA

A vitória de Donald Trump foi comemorada pelo governo saudita (Mosly, 2025). Conforme notícia publicada na *Saudi Press Agency (SPA)* (2024), MBS revelou ter cumprimentado o republicano, declarando seu interesse particular em estreitar os históricos e estratégicos laços entre os dois países. Mais do que a simbologia de tais projeções às vésperas de completarem oito décadas de relações formais, as expectativas sauditas diante do retorno daquele que foi o presidente estadunidense mais próximo do país nos últimos vinte anos apontavam para um cenário menos conflituoso em relação ao que foi visto no período anterior. Também produzia certo otimismo os acenos do novo governo em relação ao fim da guerra no Oriente Médio, mesmo diante de incertezas sobre a sua possibilidade de mediação em favor de uma solução mais sólida.

Do ponto de vista da atuação regional, Trump demonstrou interesse em manter a estrutura básica de relacionamento que manteve durante boa parte do seu primeiro mandato. No NSS de seu novo mandato (EUA, 2025), o republicano prometia revitalizar as parcerias dos EUA com Israel e os países árabes do Golfo. Tal promessa demonstrava que, pelo menos a primeira vista, não se abandonava a ideia de uma ordem regional a partir da normalização das relações entre Israel e seus vizinhos. Apesar da afirmação sobre a inexistência de um dos principais pilares que envolveram a presença estadunidense na região, o documento em questão estabelece para o primeiro governo Trump a condição de experiência exitosa diante das transformações geopolíticas pelas quais pasava a região, com destaque para a ampliação de atores externos. Estabelecia-se, portanto, uma espécie de ousada legitimidade por filiação, tomando como ponto de partida possível a condução governamental exercida ao longo da segunda metade da década passada. A principal dúvida estava nas relações com o Irã, em que declarações confusas e até contraditórias demonstravam tanto a existência de algum nível de disposição para negociar um acordo sobre o programa nuclear quanto à retomada da estratégia de pressão máxima, dessa vez em um contexto ainda mais desafiador para a economia iraniana.

Entretanto, o cenário observado em 2025 era muito distinto daquele que predominou durante a segunda metade dos anos 2010. Se quase ao fim de seu primeiro mandato era possível acreditar que a política trumpista pudesse encontrar um nível de convergência entre os três

vetores, a disposição de tais diretrizes quase cinco anos depois se mostrava potencialmente anacrônica, por diferentes fatores. As negociações envolvendo a ampliação dos Acordos de Abraão não abriram caminho para uma normalização de relações entre Israel e Arábia Saudita. Apesar do reino não fechar as portas para tal iniciativa, mediante a definição de um compromisso israelense com a formação de um Estado Palestino, o que se pode perceber é que o cenário de conflito prolongado desde outubro de 2023 afastou Riad da mesa de negociação. Em relação ao outro pilar estadunidense, a política anti-Teerã, sauditas e iranianos retomaram relações diplomáticas sob a mediação chinesa em 2023. Apesar da guerra ter provocado uma maior cautela por parte da monarquia em relação ao Estado persa, MBS não endossou as movimentações decorrentes da estratégia maximalista do governo Netanyahu, o que incluiu a tentativa de reduzir as capacidades militares do Irã. A materialização da proatividade de Teerã no cenário global serviu (Pennaforte, 2025), ao menos para a Arábia Saudita, como um reforço sobre a necessidade de uma estratégia cautelosa diante do Estado persa.

Do ponto de vista do desenvolvimento da política externa saudita, as premissas da Doutrina Salman parecem consolidadas diante de qualquer risco de retrocesso em sua estratégia de consolidação como nova potência emergente. Segundo Paloma Gonzalez del Miño e David Hernandez Martínez (2019), as buscas por uma política mais ativa em nível regional e a revitalização do papel global do país, inclusive assumindo a condição de um dos interlocutores privilegiados entre os grandes atores globais se tornou a base político-ideológica do processo de aprofundamento da diversificação de parcerias por parte do país-árabe. Nesse sentido, considerando os três níveis clássicos de atuação externa do reino, a manutenção de sua condição como potência hegemônica na Península Arábica coexiste com mudanças em outros eixos, tais como o abandono de uma estratégia de reação contenciosa dos projetos de lideranças de potenciais inimigos ou mesmo a centralidade da aliança com os EUA no eixo sistêmico. Além de ampliar suas relações com os novos atores globais e o mundo emergente, a política saudita assume níveis de proatividade que condicionaram a assumir um lugar enquanto uma das principais forças centrípetas de um Oriente Médio em transição.

Nesse contexto, os acenos na direção de Trump se mostraram como parte dessa estratégia de reorientação. Entre o pragmatismo das relações econômicas e os desafios geopolíticos, a costura de uma reaproximação se iniciou ainda nas primeiras semanas de governo, já contando com alguns percalços. Em meio aos elogios sobre os acordos de Cessar-Fogo entre Israel e o Hamas no início de fevereiro de 2025 (Saudi Press Agency, 2025), a Arábia Saudita, bem como outros países árabes, demonstraram desconfiança diante das afirmações do próprio presidente estadunidense sobre assumir o controle da Faixa de Gaza e produzir um novo fluxo migratório da população palestina em relação aos territórios vizinhos. Riad manteve a defesa da histórica posição em favor de uma solução baseada na consolidação de dois Estados com base para o desenvolvimento de uma estabilidade na região.

Três movimentos diplomáticos chamaram atenção ao longo dos meses subsequentes. Em primeiro lugar, o governo estadunidense proclamou os *Houthis* como uma organização terrorista,

medida que acenava positivamente aos interesses de Riad que, mesmo diante da melhora nas relações com o Irã, mantém posições de combate aos rebeldes no Iêmen. Em seguida, o reino sediou o primeiro encontro presencial entre autoridades russas e estadunidenses sobre o futuro da Guerra da Ucrânia. Apesar das controvérsias envolvendo a exclusão de representantes de Bruxelas e Kiev nessa mesa de negociação, o episódio em questão reforçou a percepção sobre o nível de interlocução da Arábia Saudita entre as principais linhas de conflito geopolítico na atualidade.

Já em maio de 2025, a primeira visita oficial de Donald Trump ao país foi carregada de grande expectativa. Do ponto de vista das relações bilaterais, os EUA anunciaram uma espécie de nova era de ouro nas relações entre os dois países, contando com a assinatura de diversos acordos. Entre os mais importantes, deve-se destacar um compromisso estadunidense em oferecer cerca de US\$ 142 bilhões em armas e cooperação em defesa com o reino, a participação de empresas estadunidenses em empreendimentos voltados à melhoria logística e infraestrutura saudita, investimentos sauditas em Inteligência Artificial e outros processos de transferência de tecnologia. Ao todo, a imprensa internacional noticiou a possibilidade de investimentos do país árabe nos EUA que atingiriam US\$ 600 bilhões, números ambiciosos diante das características mais gerais do fluxo comercial e financeiro entre as duas partes.

A sintonia demonstrada nesse contexto merece algumas ressalvas. Como no passado, Trump superestimou as possibilidades de negócio entre as duas partes. Ao anunciar naquele contexto que a Arábia Saudita poderia estar disposta a comprar até US\$ 450 bilhões em produtos estadunidenses, os fluxos de comércio e investimento durante todo o seu mandato não atingiram cerca de US\$ 300 bilhões (Magid; Saini; Mills, 2025), aproximadamente 2/3 do total almejado. Além disso, os EUA representam hoje menos de 7% das importações sauditas, um contraste diante da crescente presença chinesa que já ultrapassa dos 30%. Assim, não parece ser coincidência que, dentro das expectativas de consolidação do projeto de modernização do país a partir do *Vision 2030* o mercado asiático, incluindo Pequim, é um dos grandes alvos de Riad.

Na esfera geopolítica, novos limites foram estabelecidos no contexto da Guerra dos Doze Dias. Riad condenou as agressões sofridas pelo Irã, tanto a partir de Israel quanto do próprio EUA. Tal posição não se resumiu apenas em nível de retórica. O governo saudita proibiu o uso de seu espaço aéreo para a realização de investidas contra Teerã. Também chama atenção a permanência da interlocução com o BRICS. Ainda sem concluir o processo de adesão formal, a Arábia Saudita permanece como um ator frequente em iniciativas do diálogo entre os países emergentes.

Ainda em 2025, foi a vez de MBS retribuir a visita feita por Trump. Além de reafirmar boa parte dos Acordos estabelecidos durante o mês de maio, o presidente republicano demonstrou interesse em contar com um suporte maior da economia saudita, atingindo cerca de US\$ 1 trilhão nos próximos anos. Também chamou atenção a demonstração de apoio a retomada das negociações com Tel-Aviv pela normalização de relações entre sauditas e israelenses, aspecto que

hoje parece um pouco mais distante temporalmente. Em relação ao Irã, a posição saudita não sofreu com graves alterações. Em um cenário que já contava com Omã como um dos principais mediadores, Riad se colocou à disposição para o desenvolvimento de novas conversas entre Teerã e Washington.

O início de 2026 provocou um teste ainda mais profundo quanto à capacidade de acomodação dos esforços de reaproximação entre Riad e Washington em meio ao cenário regional turbulento. Após a frustrada tentativa de ingerência na onda de protestos que marcou o Irã no início do ano, a iniciativa de uma operação militar envolvendo EUA e Israel contra o país persa se revelou desastrosa. Longe de assumir as características de uma guerra curta ou uma ação estratégica de baixo custo, como a observada na Venezuela, a agressão israelo-estadunidense provocou uma desestabilização profunda de toda a região. Diferentemente do que ocorreu em 2025, a contraofensiva iraniana trouxe impactos materiais diretos aos seus vizinhos, impactando nas cadeias globais de valor e em prejuízos na infraestrutura energética.

Mesmo diante da demonstração de um possível retrocesso no quadro de reaproximação entre Irã e Arábia Saudita, a ofensiva contra o regime dos Aiatolás não recebeu endosso formal do reino. Mesmo diante das pressões contrárias à invasão, Trump cruzou uma linha perigosa, comprometendo ainda mais a já comprometida política de três frentes no Oriente Médio. Até o momento em que escrevemos esse texto, a única mudança de cenário identificada diz respeito a quase impossível busca por parte do governo estadunidense em achar uma saída “honrosa” diante do fracasso da empreitada militar.

Desse ponto de vista, a política de Trump para a Arábia Saudita em seu segundo mandato sofre com a carência de originalidade diante das características do cenário regional e global. Medidas como a mais recente conclusão de um acordo envolvendo a possibilidade de apoio estadunidense às aspirações sauditas sobre enriquecimento de urânio parecem insuficientes para provocar um retrocesso nas tendências autonomistas da política externa de Riad. Em verdade, o reino caminha para aprofundar a redução histórica de sua dependência frente aos EUA, tendo como prova disso o recente Pacto de Meca, assinado no mês de agosto de 2026. Aproximando-se de Paquistão e Turquia, a potência do golfo árabe aponta para um princípio de reorganização da segurança regional, em bases relativamente distintas daquelas traçadas pela Casa Branca na contemporaneidade.

CONCLUSÃO

Esse artigo se propôs a analisar as principais características que envolvem os esforços estadunidenses em se reaproximar da Arábia Saudita no governo Donald Trump. Nesse exercício, considerou-se como problema de pesquisa a seguinte questão: Como o atual cenário de guerra constrange ou oportuniza a abertura de uma nova fase colaborativa para sauditas e estadunidenses diante dos desafios de ascensão global do Reino? Principal referência histórica da política de Washington no Oriente Médio, as relações entre os dois países passaram por

momentos de grande tensão ao longo das últimas três décadas, culminando com um processo de reposicionamento global e regional do reino que também redefine o peso dessa parceria na contemporaneidade.

Uma análise sobre a trajetória mais recente, desde a ascensão de Trump na década passada, evidencia isso. Articuladas com a dinâmica da luta doméstica nos EUA e respondendo, em certa medida, tanto aos princípios ultraconservadores da extrema-direita estadunidense quanto a considerações pragmáticas, as relações entre EUA e Arábia Saudita oscilaram ao longo dos últimos anos, sobretudo diante das mudanças ocorridas no panorama regional e da capacidade de resposta dos dois Estados aos novos cenários. Somam-se a isso, o permanente engajamento saudita em redefinir a ordem regional a partir dos imperativos de seu processo de modernização.

Ainda assim, não se deve menosprezar a importância de Trump que, a partir de uma política de valorização dos laços pessoais com MBS, compreende em Riad um papel estratégico diante da necessidade de mobilização de recursos em sua agenda de fortalecimento da economia estadunidense, além do próprio papel potencial de uma Arábia Saudita protagonista em nível regional. Contudo, o que se pode observar é que, tanto em nível sistêmico quanto nas esferas regional e doméstica, a possibilidade de recuperação da centralidade estadunidense na política externa saudita parece algo distante da realidade.

Em primeiro lugar, a exemplo do vizinho EAU, o interesse saudita em consolidar a diversificação de sua economia conta principalmente com a possibilidade de produção de um novo *Hub* global no mundo árabe, consolidando sua aproximação junto às economias emergentes da Ásia e também em relação à própria China. No mesmo sentido, sua posição como força centrípeta em nível regional também exige a preservação de relações com Pequim e Moscou, parceiros influentes no xadrez geopolítico médio-oriental ao longo dos últimos quinze anos.

Em segundo lugar, o ambiente de instabilidade generalizada pouco contribui para uma retomada plena da Arábia Saudita a órbita estadunidense. Como se viu ao longo dos esforços de contenção dos efeitos da guerra, o alinhamento entre EUA e Israel se tornou um fator de constrangimento a estratégia trumpista de recuperação de relações com os Estados do Golfo e outros atores estratégicos, a exemplo do Egito. Sem assumir um denominador comum diante da coexistência de um vetor árabe e outro israelense, o interesse israelense em manter a guerra e, por outro lado, a pouca disposição da Casa Branca em conter um aliado evidencia a falta de garantias concretas por parte de Washington em garantir segurança e estabilidade regional.

Por fim, as flutuações da política estadunidense demonstram os limites quanto a possibilidade de uma retomada sólida. Se existem tendências concretas de um longo governo por parte de MBS, não se pode dizer o mesmo em relação à Trump. Em meio aos níveis de insatisfação envolvendo as dificuldades do governo em cumprir com as promessas de combate ao aumento

do custo de vida e de retirar os EUA de cenários de conflito, incluindo no próprio Oriente Médio, levantam-se sérias dúvidas quanto ao futuro político do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acharya, A. (2014) *The End of American World Order*. Cambridge: Polity Press.

Al-Rasheed, M. (2010) *A History of Saudi Arabia*. Cambridge: Cambridge University Press.

Anderson, P. (2015) *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo

Arrighi, G. (1996) *O século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP

Arrighi, G.; Silver, B. J. (2001) *Caos e Governabilidade no moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Arrighi, G. (2007) *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*. London: Verso.

Arruda, J. J. A. (2000) 'A crise do capitalismo liberal'. In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. (Ed.). *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Bandeira, L. A. M. (2016) *A desordem mundial: o espectro total da dominação*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Barnes, J. E.; Pager, T.; Schmitt, E. (2026) 'Saudi leader is said to push Trump to continue Iran War in recent calls.', *The New York Times*, March 24.

Charaudeau, P. (2006) *Discurso Político*. São Paulo: Contexto.

Corrêa, R. L. (2006) *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática.

Cox, R. W. (2021) 'Forças Sociais, Estados e Ordens Mundiais'. Tradução de Caio Gontijo. *Oikos*, Rio de Janeiro, 20 (2), p. 10-37. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/52053/28342> >. [Acesso em: 22 abr. 2026].

Cruz, H. F.; Peixoto, M. R. C. (2007) 'Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa'. *Projeto História*, São Paulo, 35, p. 253-270. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221> >. [Acesso em 1 set. 2026].

Dawisha, A. (2016) *Arab Nationalism in The Twentieth Century: From Triumph to Despair*. Nova York: Princetown University Press.

Diamond, L. (2015) 'Facing up to the democratic recession'. *Journal of Democracy*, 26 (1), p. 141 – 155. Disponível em: < https://www.journalofdemocracy.org/wp-content/uploads/2015/01/Diamond-26-1_0.pdf > [Acesso em: 22 abr. 2026]

EUA The White House. (2017) National Security Strategy of the United States of America. Washington, *The White House*. Disponível em: < <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf> > [Acesso em: 22 abr. 2026]

EUA The White House. (2021) Interim National Security Strategic Guidance. Washington, *The White House*. Disponível em: < <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/white-house-press-release-interim-national-security-strategic-guidance> > [Acesso em: 1 set. 2026]

EUA The White House. (2025) National Security Strategy of the United States of America. Washington, *The White House*. Disponível em: < <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf> > [Acesso em: 1 set. 2026].

Falcon, F. (1997) 'História das Ideias'. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus.

Ferabolli, S. (2013) *Relações Internacionais do Mundo Árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista*. 2.Ed. Curitiba: Juruá.

Fraihat, I. (2020) *Iran and Saudi Arabia: Taming a Chaotic Conflict*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Fuser, I. (2008) *Petróleo e poder: envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico*. São Paulo: Unesp

G1. (2017) 'EUA anunciam acordos militares de US\$ 110 bilhões com a Arábia Saudita'. 20 mai.. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/eua-anunciam-acordos-militares-de-us-110-bilhoes-com-a-arabia-saudita.ghtml>. [Acesso em: 1 set. 2026]

Gause III, F. G. (2014) 'The Foreign Policy of Saudi Arabia'. In: HINNEBUSCH, R.; EHTESHAMI, A. (Ed.). *The Foreign Policies of Middle East States*. Boulder; London: Lynne Rienner Publishers.

Goldschmidt Jr., A.; Al-Maraschi, I. (2021) *Uma História Concisa do Oriente Médio*. Petrópolis: Vozes

Goldstein, J.; Keohane, R. O. (1993) *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions, and political change*. Ithaca; London: Cornell University Press.

Gonçalves, C. G. (2023) 'A observação participante'. In: AVILA, C. F. D.; AMARAL, A. *Métodos y técnicas de investigación en contextos de alta vulnerabilidade politico-social*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso.

Grovogui, S. N. (2002) Regimes of Sovereignty: International Morality and the African Condition. *European Journal of International Relations*, 3(8), p. 315 – 338.

Mason, R. (2023) *Saudi Arabia and the United Arab Emirates: Foreign policy and strategic alliances in an uncertain world*. Manchester: Manchester University Press



Halliday, F. (2007) *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS

Hernandez, L. L. (2008) *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro.

Hinnebusch, R.; Ehteshami, A. (2014) *The Foreign Policies of Middle East States*. Boulder; London: Lynne Rienner Publishers

Hourani, A. (2005) *O pensamento árabe na era liberal: 1798-1939*. São Paulo: Companhia das Letras.

Hourani, A. (2006) *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras.

Hobsbawm, E. J. (2017) *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras.

Hurrell, A. (1995) 'O ressurgimento do regionalismo na política mundial'. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, 17(1), p. 23 – 59.

Hurrell, A. (2010) 'Regional Powers and the Global System from a Historical Perspective'. In D. FLEMES (ed.), *Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers*. Farnham: Ashgate.

Katzenstein, P. J. (2005). *A World of Regions: Asian and Europe in American Imperium*. Ithaca: Cornell University Press.

Lage, V. C. (2007). 'Os debates em Relações Internacionais e a emergência do movimento construtivista'. *Fronteiras*, Belo Horizonte, 6 (12), p.101-121. Disponível em: < <https://periodicos.pucminas.br/fronteira/article/view/3894/4185> >. [Acesso em: 22 abr. 2026]

Levitsky, S.; Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.

Lima, J. A. (2022). 'Obama, Trump e Biden no Oriente Médio: continuidades e interrupções'. *Contexto Internacional*, Belo Horizonte, 19 (2), p. 5 – 15. Disponível em: < <https://periodicos.pucminas.br/conjuntura/article/download/28563/21938> >. [Acesso em: 22 abr. 2026]

Magid, P.; Saini, M.; Mills, A. (2025) 'Além das manchetes: explicando os trilhões do Golfo de Trump'. *Terra*, 16 mai.. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/alem-das-manchetes-explicando-os-trilhoes-do-golfo-de-trump,885abe17fe8e7d059598eaf2806f8a46xpa5inwt.html> >. [Acesso em: 22 abr. 2026]

M'Bokolo, E. (2009). *África Negra: história e civilizações*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas.

Miño, P. G.; Martínez, D. H. La (2019) 'Doctrina Salman en la Política Exterior de Arabia Saudí: Objetivos y el uso de la fuerza militar'. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações*

Internacionais, 8 (16), p. 113-137. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/95424/54803/401536> >. [Acesso em: 22 abr. 2026]

Mosly, A. (2025) *From Riyadh to Washington: Trump's Second Term and Saudi – U. S. Relations*. Gulf Research Center, Washington.

Mounk, Y. (2018) *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras.

Nasser, S. H. (2024) 'Política Externa Brasileira para o Oriente Médio, para o Mundo Árabe e para o Mundo Muçulmano'. *Boletim de Economia e Política Internacional*, 38, p. 117 – 139. Disponível em: < <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/88888c8a-9119-41e6-9ece-a6d31136c6cc/content> >. [Acesso em: 22 abr. 2026]

Nogueira, J. P.; Messari, N. (2005) *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Orlandi, E. P. (2012) *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 10Ed. Campinas: Pontes.

Pennaforte, C. (2023) *Análise dos Sistemas-Mundo: uma introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein*. Pelotas: UFPel

Pennaforte, C. (2025) 'A Guerra da Ucrânia como imperativo antissistêmico e suas consequências geopolíticas: o aumento da influência do BRICS'. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, 14 (27)

Rotberg, R. I. (2004) *When States Fail: causes and consequences*. Princeton: Princeton University Press.

Said, E. W. (2001) *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Salgado Neto, Luiz. (2013) 'As relações Estados Unidos – Arábia Saudita e a Questão da Palestina (1945 – 1948)'. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, 15, p. 225 – 249.

Sarwar, Z.; Rashid, A. (2025) 'US-Saudi Relations: A Comparative Study of Trump and Biden Administrations (2017-2024)', *Global Foreign Policies Review*, 8(3), 38-50.

Saudi Press Agency (2024) 'HRH the Crown Prince Congratulates Donald Trump on Winning US Presidential Election', November, 6.

Saudi Press Agency. (2025) 'Arab Six-Party Meeting in Cairo Welcomes Gaza Ceasefire Agreement, Exchange of Hostages, Detainees', February, 3.

Stone, M.; Magid, P. (2025) 'Trump está pronto para oferecer à Arábia Saudita pacote de armas de mais de US\$ 100 bi, dizem fontes'. *Uol*, 24 abr.. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2025/04/24/trump-esta-pronto-para-oferecer-a-arabia-saudita-pacote-de-armas-de-mais-de-us100-bi-dizem-fontes.htm>. [Acesso em: 01 set. 2026]

Vigevani, T. *et al.*. (2011) 'A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais'. *Lua Nova*, São Paulo, 83, p. 111-143. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ln/a/QwBSP5snq7Vyz6z7jSXxfDF/?lang=pt> >. [Acesso em: 22 abr. 2026]

Vizentini, P. F. (2012) *A Primavera Árabe: entre a nova democracia e a velha geopolítica*. Porto Alegre: Leitura XXI

Vizentini, P. F. (2014). *O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe*. Rio de Janeiro: Elsevier

Voigt, M. R. (2007) 'A Análise dos Sistemas-Mundo e a política internacional: uma abordagem alternativa das relações internacionais'. *Textos de Economia*, Florianópolis, 10(2), p.101-118. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/1853/1616> >. [Acesso em: 23 fev. 2024]

Wallerstein, I. (2004) *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto

Wallerstein, I. (2012) 'A Análise dos sistemas-mundo como movimento do saber'. In: VIEIRA, P. A.; VIEIRA, R. L.; FILOMENO, F. A. (Ed.) *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora

Winock, M. (2003) 'As Ideias Políticas'. In: RÉMOND, R. (Ed.). *Por uma História Política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.